

*José Manuel Leite Viegas, Sérgio Faria, As Mulheres na Política*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

Em pleno debate público sobre quotas de sexo em listas eleitorais foi publicado e lançado em Lisboa este livro sobre *As Mulheres na Política*, cujos autores são dois sociólogos do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE. O trabalho resultou da encomenda da Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros; o objectivo final que se visava com o pedido era um «levantamento das implicações possíveis e previsíveis da entrada em funcionamento de um dispositivo legal que imponha percentagens mínimas por sexo e a sua ordenação nas listas de candidatura dos deputados para a Assembleia da República e o Parlamento Europeu».

Como vem cada vez mais acontecendo nos últimos anos em Portugal, eis outro exemplo de uma procura crescente da sociologia e do conhecimento que ela pode dar da realidade por parte do poder político. É uma atitude que sugere, por um lado, a vontade de governar com fundamento, de desenhar políticas moldadas a terrenos concretos e de afinar consistentemente alvos e pontarias de actuação; uma atitude que, por outro lado contribui para consolidar e legitimar aquele saber, para demonstrar a sua utilidade junto da opinião pública. Mas é uma atitude que indicia,

mais genericamente, a pressão de uma sociedade que se democratiza e procura o conhecimento científico, os produtos da investigação, para se descrever, explicar e interpretar a si própria. E que confronta os sociólogos com o desafio de discutir a prioridade dos problemas sociais (imposta pela agenda política) relativamente à sua relevância sociológica — preservando a especificidade do olhar e do método científicos.

Embora aceitem os objectivos da encomenda, os autores não se limitam ao horizonte da resposta pronta. Constroem um percurso sociológico coerente para a abordarem, procurando reunir e apresentar informação que permita a qualquer cidadão contextualizar e pensar o problema da exclusão das mulheres dos órgãos de poder. Destinado ao grande público, a linguagem, os conceitos, os indicadores e as estimativas utilizadas são simples e acessíveis.

A perspectiva do estudo estabelece, assim, um horizonte mais amplo. Os autores propõem-nos, primeiro, um olhar comparativo; descrevem sinteticamente políticas adoptadas, medidas tomadas, resultados atingidos, dificuldades persistentes em alguns países europeus que procuraram, antes de nós, ultrapassar o défice de participação política das mulheres. A criação de secções femininas nos partidos políticos, os tipos de sistemas eleitorais em vigor, o modelo prevalente de Estado-Providência, as políticas sociais de apoio às famílias, são tópicos abordados nesta primeira parte e relacionados com o maior ou

menor sucesso da adopção, por via legislativa ou de negociação informal, de quotas por sexo.

Voltam-se, depois, para dentro e para o caso português. Recorrendo aos contributos das ciências sociais, propõem-nos que pensemos o problema da exclusão a partir do que se passa a montante ou ao lado do estrito campo político, isto é, que tenhamos em conta as condicionantes sociais deste *no women's land*. Apresentam-nos, sumariamente, os eixos fundamentais da mudança das posições das mulheres na sociedade portuguesa nas últimas décadas em campos diversos, como a família, a escola e o emprego. Se as mulheres entram, em força, em domínios tradicionalmente masculinos, a verdade é que o movimento de sentido inverso pouco se tem feito sentir, já que a lógica de acumulação (de actividades dentro e fora de casa) tem tido a primazia sobre a da substituição. O espaço doméstico continua a não ser um espaço misto e esta realidade estrutural, que não mudou, é transportada pelas mulheres para todas as suas esferas de actividade; constitui, sem dúvida, um pesado obstáculo à participação e um poderoso factor de auto-exclusão. A sua tradução em números é flagrante no caso português: desde 1974 e até à actualidade, a presença de mulheres nos governos constitucionais, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas listas partidárias, no elenco de filiados ou nos órgãos internos dos partidos é confrangedoramente baixa.

Num esforço de prospecção, os autores constroem, por último, dois cenários alternativos, pensando numa eventual aplicação da lei das quotas em Portugal. O cenário A corresponderia a uma «actuação avulsa», à utilização de quotas não acompanhada por outras medidas do foro social; o cenário B corresponderia a uma «actuação integrada», conjugada com medidas de apoio às famílias, de combate à discriminação informal no campo do trabalho, à conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Este livro constitui, assim, um ponto de partida, uma primeira apresentação do estado da questão, em matéria de exclusão política das mulheres em Portugal. Inventaria fontes disponíveis e reúne uma utilíssima bibliografia, sistematiza uma preciosa informação estatística para o regime democrático (sobre composição de listas partidárias, de governos, de órgãos dos partidos políticos). E deixa, a todos o desafio para prosseguirem e aprofundarem este riquíssimo e ainda tão desconhecido campo de investigação.

ANA NUNES DE ALMEIDA

*Vítor Neto, O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911), Lisboa, IN, col. «Análise Social», 1998 (619 páginas).*

Vítor Neto está de parabéns pela envergadura da obra a que meteu ombros: nada menos do que as rela-